

Macau, identidade multilingue

M a r i a J o s é R e i s G r o s s o

MACAU, LOCALIZADO NO SUDESTE DA CHINA, É UM território sob a administração portuguesa até 20 de Dezembro de 1999, data depois da qual constitui uma Região Administrativa Especial da República Popular da China.

É um Território com características muito próprias, resultando a sua identidade da sua própria diversidade. Ao contrário da maior parte das ex-colónias portuguesas, não nasce duma «conquista político militar dos portugueses» mas «*de um processo de mútuo interesse mercantil luso-chinês*»¹. Macau é ainda uma cidade de migrantes que engloba elementos de várias proveniências, não só de chineses, mas também de outras partes do mundo, um lugar privilegiado desde o século XVI de coexistência de diferentes povos e etnias. Causas históricas, migratórias, económicas e políticas fazem deste território um espaço multilingue.

Até hoje são poucos os trabalhos que estudam quantitativamente o multilinguismo de Macau. Dado o carácter flutuante de algumas comunidades linguísticas, dificilmente se poderá estabelecer ao certo o universo das línguas e o número de falantes.

A população de Macau, de etnia chinesa, tem maioritariamente o cantonês² como língua materna; é por ela que recebe a socialização e se identifica com a cultura e com a grande comunidade chinesa. Este é o código de sobrevivência usado nos vários domínios de comunicação, sendo também a língua veicular de ensino para a maior parte das escolas do Território.

Além do cantonês, do português, do inglês e do mandarim, são várias as línguas e dialectos falados no Território, como o xangainês, o hakka, o tagalo, o birmanês, o japonês, o tetum e outras³.

Um dos problemas de Macau é a comunicação entre as diferentes comunidades linguísticas que constituem a população deste Território, com especial relevo para as comunidades portuguesa e chinesa.

Esta situação insere-se, porém, numa problemática mais vasta, que se liga ao estatuto das línguas em presença e à utilização que delas se faz. Apesar de ser um espaço plurilingue, as várias línguas, com excepção do inglês, só são geralmente usadas dentro dos grupos étnicos que as falam, isto é, o indivíduo que vive em Macau não faz uso das diferentes línguas que tem à sua disposição.

Muitas das comunidades linguísticas, como as provenientes das Filipinas ou da Tailândia, são, pela sua origem, multilingues; refere-se o caso do indivíduo filipino que domina várias línguas. Além da sua língua materna, domina o tagalo e o inglês e muitas vezes, por necessidades laborais, domina também o cantonês e/ou o português.

A língua de contacto neste espaço multilingue é geralmente o inglês, que é usado como língua de comunicação por várias comunidades linguísticas. É também língua veicular e de comunicação em várias instituições de ensino, nomeadamente na Universidade de Macau. É também língua veicular em escolas e colégios que seguem o sistema educativo inglês, bem como nos cursos do Instituto de Formação Turística e em cursos curriculares e extra-curriculares de outras instituições. As reuniões ligadas ao mundo dos negócios, da economia, da tecnologia e da medicina ocorrem geralmente em inglês. Não há dados recentes que permitam dar uma ideia aproximada da proficiência nesta língua; no entanto, e com base na experiência do dia a dia, verifica-se que a maior parte da população empregada nas lojas de qualquer tipo de comércio não domina (ou domina de modo muito insuficiente) a língua inglesa. Nesta área, a comunicação não ultrapassa o nível do quotidiano e, mesmo este, é rudimentar, não indo além de um falar feito de monossílabos onde se entrecruzam o cantonês, o inglês e o português.

Além do exposto, a língua inglesa teve (e tem) um papel fundamental na educação entre alguns elementos da comunidade macaense⁴; muitas famílias preferem que os seus filhos sejam educados em língua inglesa, sendo o português suplantado por esta língua, situação já frequente nos fins do século XIX e início do século XX⁵.

As diferentes comunidades linguísticas agem quase autonomamente, pouco interagem entre si. O português e o chinês não fogem a essa realidade: são línguas usadas em comunidades distintas; restringem-se, na vida da comunidade, a domínios sociais de comunicação diferentes⁶.

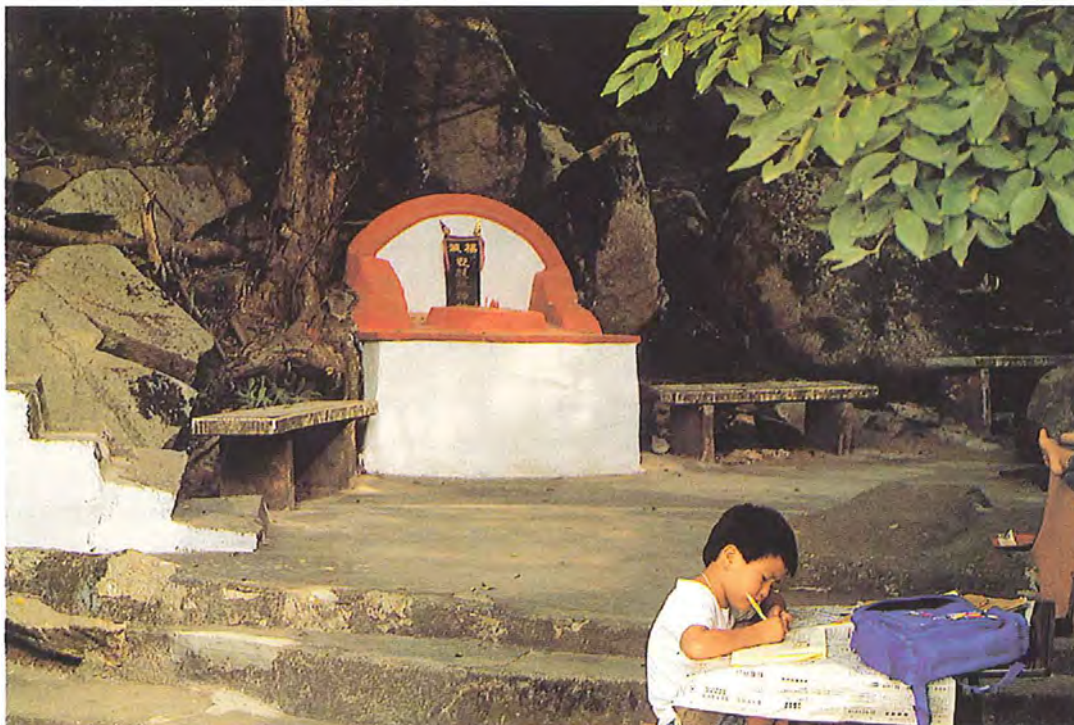
O cantonês (yuè) goza de estatuto e prestígio e, segundo Lyovin (1997), tem no total cerca de 53 900 000 falantes; destes, 46 305 000 pertencem à República Popular da China; 5 292 000 a Hong Kong e 498 000 a Macau; os outros falantes distribuem-se pela Malásia, Vietname, Singapura, Indonésia, Tailândia, Filipinas e Nova Zelândia. Em Macau, usado em todos os domínios de comunicação, é a língua privilegiada das relações familiares e gregárias (dos afectos, da amizade, da vizinhança) e de todas as situações que têm como objectivo a satisfação de necessidades de comunicação e de sobrevivência.

A partir de 1989 a língua chinesa foi considerada língua oficial⁷ e, com a alteração do seu estatuto, a tradução jurídica passou a constituir uma das prioridades da Administração do Território; apesar de nos documentos oficiais a língua referida como oficial ser a *língua chinesa* («a língua chinesa tem em Macau estatuto oficial e a mesma força legal que a língua portuguesa»⁸), subentende-se que o chinês é o mandarim (a língua oficial da China) e não o cantonês (embora seja a língua materna da maioria da população de Macau); questão problemática, pois apesar de ser uma língua, é tradicionalmente entendida como um dialecto⁹.

São muitas as etnias, as línguas e os dialectos da República Popular da China¹⁰, mas é o mandarim que representa a língua oficial e tem o papel de unificar toda a China. Só o mandarim recebe a designação de língua, sendo as outras consideradas variantes dialectais; também na China, o mandarim é a língua comum, a língua veicular de ensino para todas as etnias. Teoricamente o mandarim está unido pela escrita às diferentes variantes dialectais que lhe são atribuídas¹¹. O que significaria que falantes de mandarim e de cantonês poderiam facilmente comunicar pela forma escrita. Na prática, porém, o cantonês e o mandarim são diferentes¹²: a própria oralidade implica mudanças a vários níveis, designadamente no estrutural e no lexical; quanto à realização escrita do cantonês, esta nem sempre é coincidente com a do mandarim. As diferenças ultrapassam o nível da pronúncia e o domínio da oralidade¹³.

No que respeita à língua portuguesa em Macau, esta teve sempre uma presença socio-cultural pouco significativa. É a língua da Administração, da classe governante, do funcionalismo público e do Direito. O chinês/cantonês e o português sempre tiveram funções diferentes: enquanto o primeiro é a língua de comunicação, o segundo é a língua institucional que governa, a língua do poder. A cada domínio social de comunicação corresponde o uso privilegiado de uma das línguas, se bem que, com a oficialização da língua chinesa, haja neste momento mais domínios bilingues.

Desde sempre foi imprescindível a existência de falantes bilingues que dominassem as duas línguas e que servissem de intermediários entre as duas comunidades; na primeira metade do séc. XVII, na afirmação da autonomia política de Macau, emerge o papel fundamental do juru-



«A população de Macau, de etnia chinesa, tem maioritariamente o cantonês como língua materna, sendo também a língua veicular de ensino para a maior parte das escolas do Território». Fotografia de Ricardo Fonseca.



«A língua de contacto neste espaço multilíngue é, geralmente, o inglês. É também língua veicular e de comunicação em várias instituições de ensino, nomeadamente na Universidade de Macau». Fotografia de Eduardo Grilo.

baça (intérprete) e do escrivão. O primeiro, *«responsável pela comunicação oral, deveria ocupar-se do reforço da imagem dos agentes políticos da cidade»*; o segundo, de acordo com Flores (1995: 114 e 115), *«era o depositário do discurso político escrito da cidade»*.

O tipo de bilinguismo ligado à comunicação política e administrativa, apesar do seu carácter pragmático, reflecte mundividências diferenciadas e culturais mais complexas do que as que resultam das necessidades imediatas na comunicação do quotidiano; em Macau, e durante séculos, num quadro quase único de bilinguismo, a sua principal função é tentar resolver os problemas de comunicação entre os serviços públicos e os utentes que só falam chinês (em domínios como a educação, assistência social, saúde e habitação).

A necessidade de quadros bilingues tornou-se num dos pontos vitais do período de transição, quer a nível da localização de quadros quer ainda no que respeita à formação de

tradutores em domínios como o jurídico e o administrativo.

Quando o português ocorre como língua não-materna, os domínios privilegiados são os das relações transaccionais com incidência nas burocráticas e administrativas. Para a análise do bilinguismo institucional, áreas como a Administração e os Serviços Jurídicos eram, em virtude da política de uma única língua oficial, basicamente monolíngues, tendo de recorrer-se a um sistema de tradução, situação que, como era de esperar e já referida em Grosso e Wang (1992), se tem alterado e encaminhado para o bilinguismo. Em 1992, como actualmente, a situação bilingue ocorria em determinados serviços públicos, como por exemplo, nos Correios, nos Serviços de Identificação, nos Serviços Policiais, nos serviços de atendimento ao público ligados à Administração. Fora destes domínios, o bilinguismo português/chinês institucional é raro.

O bilinguismo chinês/inglês ocorre mais a nível dos serviços bancários e em alguns serviços de saúde, mas a situação mais frequente é a monolíngue, com a utilização do cantonês. Como língua curricular de ensino, o português tem públicos distintos: falantes nativos de português, falantes bilingues de português e chinês e só falantes de chinês. A língua portuguesa é ainda língua veicular em Cursos Superiores, como é o caso da Licenciatura e Mestrado em Língua e Cultura Portuguesas a funcionarem na Universidade de Macau; estes cursos são frequentados quer por falantes nativos de português quer por falantes nativos de chinês.

Até 1989 o português foi a única língua oficial e o seu estatuto para depois de 1999 foi considerado juntamente com a oficialização da língua chinesa.

Com a oficialização da língua chinesa, o português e o chinês têm o mesmo estatuto, o que, obrigatoriamente, determina actualmente

situações de comunicação bilingue (bilinguismo administrativo) e frequentemente trilingue, co-ocorrendo as diferentes línguas em presença: português, chinês e inglês.

Com a mudança de soberania, a língua chinesa ocupará na Administração o lugar da língua portuguesa. Nesta situação, com a migração de muitos elementos da China, prevê-se não só um aumento de falantes do mandarim, mas também, e consequentemente, o seu crescente uso e alargamento a outros domínios de comunicação, reservados ao cantonês, como o das relações gregárias e familiares. A mudança de quadros implicará uma situação semelhante à que ocorria com a língua portuguesa, falando-se em determinados domínios só o mandarim, língua de prestígio e de poder que tenderá a generalizar-se ao mundo empresarial e económico, podendo coexistir ou suplantar em Macau o uso do inglês.

Com a generalização do uso do mandarim haverá cada vez mais a tendência para a língua única, a substituição natural e gradual do cantonês pelo mandarim e um reforço cada vez maior de pertença e de união à China.

Quanto à língua portuguesa, o ensino de português língua estrangeira, só é verdadeiramente implementado a partir de 1979, na década de oitenta, com programas, materiais e instalações próprias, condicionado pela própria história da política linguística portuguesa e pela história das instituições que o promoveram. No fim da década de 80 há uma dinâmica no ensino da língua portuguesa que se reflecte em novos cursos e produção de materiais adequados; a situação da língua portuguesa em Macau é o tema que domina encontros e seminários realizados em Macau (citam-se como exemplo: 1º *Encontro sobre o Ensino do Português em Macau* (1987), *Seminário de Português como Língua Estrangeira* (1991), *Encontro Por-*



«Em 1992, como actualmente, a situação bilingue ocorria em determinados serviços públicos. Fora destes domínios, o bilinguismo português/chinês institucional é raro».

tuguês-Língua de Cultura (1993), *Seminário de Português como Língua Estrangeira* (1997)).

Neste contexto, algumas sugestões e propostas de intervenção que surgem, repetem, de um modo geral, propostas anteriores, designadamente e em termos gerais, a necessidade de haver *uma política linguística do português e um projecto nacional que ensine a língua* com materiais e métodos adequados ao contexto.

São vários os factores que debilitam a permanência da língua portuguesa em Macau; com a saída da maior parte dos portugueses, diminui o número de falantes de português e restringe-se o domínio de uso desta língua; o domínio gregário e familiar é particularmente afectado já que o número de casamentos mistos será cada vez menor; a distância de Macau tornará a ligação a Portugal cada vez mais ténue, contribuindo para isso o decrescente uso da língua portuguesa na religião, sendo substituída pelo cantonês ou pelo inglês nos actos de culto. À diminuição dos falantes acresce o desaparecimento gradual de feriados e de festas tradicionais portuguesas.

A possibilidade do estatuto de língua oficial após 1999, e por mais cinquenta anos, bem como o conceito de um país dois sistemas, legitimam o uso da língua portuguesa no acesso ao mercado de trabalho, principalmente aos tradutores, aos professores de PLE e aos profissionais do domínio jurídico. A língua portuguesa será essencialmente uma língua de quadros restritos

(elites) e também dos que queiram emigrar para países lusófonos.

Alguns factores de permanência de uma língua dificilmente são previsíveis e dependem sempre de contextos sociais, políticos e até psicológicos, específicos e complexos.

De acordo com a sua própria identidade e a sua vocação cosmopolita e multicultural, a situação linguística natural de Macau seria a multilingue, no sentido em que a população residente deste Território compreendesse e aceitasse mais do que uma cultura e falasse pelo menos três línguas. Neste contexto, a pluralidade de línguas, como expressão de diversidade cultural e étnica, é também traço da identidade de Macau.

- ¹ « [...] os portugueses e os outros europeus que seguiram os mares da China não têm condições para impor à civilização chinesa qualquer tipo de dependência», Barreto (1995:780).
- ² Ocorre frequentemente em Macau com a designação de cantonense.
- ³ Para a situação linguística de Macau, cf. Rocha (1992).
- ⁴ Macaenses são tradicionalmente referidos como os naturais de Macau, de sangue português e chinês, luso-asiáticos, também designados por *filhos da terra*.
- ⁵ «Todos os macaenses que têm alguns meios para educar os seus filhos mandam-nos para colégios ingleses de Hong Kong e de Shangai, ou fazem-nos frequentar as escolas inglesas de Macau, criadas e subsidiadas por eles próprios. É tal a desnacionalização, que mesmo muitas das crianças nascidas em Macau e ali educadas, falam mais facilmente inglês do que português» (Machado (1913/1997: 67)).
- ⁶ Domínio social de comunicação tem aqui o sentido que é dado em Casteleiro *et al.* (1988: 31). Os domínios definem-se com base nas relações sociais neles envolvidas: relações transaccionais, gregárias, educativas, profissionais, familiares e com os meios de comunicação de massa.
- ⁷ Com a entrada em vigor em Junho de 1989 do Decreto-lei nº 11/89/M, de 20 de Fevereiro, altera-se o âmbito de utilização da língua chinesa. Posteriormente inicia-se o alargamento da utilização da língua chinesa com o Dec. lei nº 455/91 de 31 de Dezembro de 1991.
- ⁸ Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Dezembro de 1991, *Boletim Oficial de Macau* nº 2, de 13 de Janeiro de 1992.
- ⁹ A designação de *chinês* engloba um conjunto de dialectos, só o dialecto *han* tem o estatuto de língua.
- ¹⁰ De acordo com Crystal (1992) há oito línguas: *wu, xian, gan, min do Norte, min do Sul, yue e hakka*, línguas que por sua vez se dividem em dialectos locais.

¹¹ Segundo Norman (1988: 1), «*The Chinese language, especially in its written form, has always been one of the most powerful symbols of this cultural unity*».

¹² A diferença começa pela própria pronúncia; no cantonês, seguindo Wang (1991: 29), os caracteres podem ter nove tons, enquanto que no mandarim só há quatro, correspondendo a estes, cinco graus de intensidade: alto, semi-alto, meio, semi-baixo e baixo.

¹³ Ainda a propósito da relação do mandarim com os dialectos chineses, Alleton (1979) sublinha o facto de o mandarim ser uma língua segunda que se aprende na escola, diferente da língua materna dos alunos, com diferenças não só na pronúncia, mas também no vocabulário e na gramática; refere, como exemplo, a negação em mandarim e em cantonês, salientando a problemática de serem linguisticamente duas línguas diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- V. ALLETON, *Grammaire du Chinois*, Col. Que sais-Je?, Paris, Presses Universitaires de France, 1979.
- L. F. BARRETO, «A condição de Macau-elementos para uma análise histórico-cultural», *Administração*, nº 30 (4º de 1995), vol.VIII, Dezembro de 1995, Macau, Ed.Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, 1995.
- J. M. CASTELEIRO (et al), *Nível Limiar*, Conseil de l'Europe, Strasbourg; D.L.C.P., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1988.
- D. CRYSTAL, *Dictionary of Language and Languages*, Penguin Books, 1992.
- J. FLORES, «Comunicação, informação e propaganda: os "Jurubacas" e o uso do português em Macau na primeira metade do século XVII», *Actas, Encontro Português – Língua de Cultura*, Macau, ed. Instituto Português do Oriente, 1995, pp. 107-121.
- M. J. GROSSO, e Yang WANG, «Perspectivas do Bilinguismo em Macau», *Administração*, Revista da Administração Pública de Macau, nº16 (2º de 1992), vol. V, Agosto de 1992, Macau, Ed. Serviço de Administração e Função Pública, 1992, pp. 465-471.
- A. LYOVIN, *An Introduction to the Languages of the World*, New York, Oxford University Press, 1997.
- A. de Mello MACHADO, *Coisas de Macau*, 2 ed., Macau, Edit. Kazumbi, 1997.
- J. NORMAN, *Chinese*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- R. ROCHA, «Um país dois sistemas políticos, um território vários sistemas linguísticos», *Administração*, Revista da Administração Pública de Macau, nº 16 (2º de 1992), vol. V, Agosto de 1992, Macau, Ed. Serviço de Administração e Função Pública, 1992, pp. 483-493.
- S. WANG, *O Português para um chinês, Abordagem Simultânea sobre os Métodos de Ensinar Português aos Chineses*, Ed. Instituto Rainha D. Leonor, 1991.